

TER _ Miriam Leitão _ QUA _ Zeina Latif _ QUI _ Miriam Leitão _ SEX _ Fabio Giambiagi (quizenal) SAB _ Tony Volpon _ Ana Carla Abrão _ Pedro Parente _ Paulo Tafner (mensal) _ DOM _ Miriam Leitão

FABIO GIAMBIAGI



oglobo.com.br/economia
economia@oglobo.com.br



Uma agenda para o Supremo

É péssimo para um país ter a Justiça sob suspeição. Ela deveria ser respeitada por todos. Como talvez alguns leitores saibam, acompanho de perto a situação argentina e, lá como aqui, metade da sociedade julga que a Corte Suprema — o Supremo do país vizinho — “joga para um dos times”. Isso é não apenas ruim, como perigoso para uma nação. Estou entre os que acreditam que o STF teve um papel essencial para salvar a democracia em 2022 — e, como cidadão e democrata, reconheço e sou grato por isso. Não é preciso, porém, ser um bolsonarista

de carteirinha para perceber que nosso Supremo assumiu um protagonismo na vida do país, que, em algum momento, seria recomendável que diminuísse — e muito — no futuro.

Nesse contexto, o que se segue é uma sugestão de pontos que, qualquer que seja o vencedor na eleição de 2026, pode ser conveniente adotar durante 2027/2030. Alguém poderia dizer “mas o que isso tem a ver com a Economia, objeto da coluna?”. A resposta é: tem a ver com o *rule of Law*, que tem sido severamente questionado no Brasil nos últimos anos. E isso é Economia “na veia”. Vamos à agenda:

i) encerramento do Inquérito 4781, base de todo um conjunto de ações empreendidas pelo Supremo — frequentemente, na pessoa do ministro Alexandre Moraes — e cujo objeto, na sua origem, era a “investigação de notícias fraudulentas, falsas comunicações de crimes, denúncias caluniosas, ameaças e demais infrações revestidas de animus caluniandi, diffamandi ou injuriandi, que atingem a honorabilidade e a segurança do STF, de seus membros, bem como de seus familiares, quando houver relação com a dignidade dos Ministros, inclusive o vazamento de informações e documentos sigilosos, com o intuito de atribuir e/ou insi-

nuar a prática de atos ilícitos por membros da Suprema Corte...; e a verificação da existência de esquemas de financiamento e divulgação em massa nas redes sociais, com o intuito de lesar ou expor a perigo de lesão a independência do Poder Judiciário e ao Estado de Direito”. Creio que a visão de que esse inquérito precisa ter um desfecho é compartilhada por boa parte da sociedade;

Nosso Supremo Tribunal Federal assumiu um protagonismo na vida do país que, em algum momento, seria recomendável que diminuísse

ii) acordo informal com quem ocupar o Executivo para o STF perder protagonismo na mídia. Parte da animosidade que existe em setores da sociedade em relação ao Supremo decorre do fato de muitos dos seus juízes estarem todas as semanas na mídia, opinando sobre tudo. É algo que não ocorre num país normal, onde quem faz isso são os membros do Executivo ou do Legislativo e os juizes falam através dos autos. Há ocasiões em que o STF é chamado a ocupar o centro do palco, como no caso das ameaças à democracia, mas em 2027 os juizes do Supremo deveriam contribuir para uma maior calma institucional, “saindo à francesa”;

iii) indicação de juizes com ampla aceitação. Entre 1/1/2027 e 31/12/2030, três juizes farão 75 anos: os ministros Fux, Carmen Lúcia e Gilmar Mendes. Sem deixar de reconhecer os méritos dos indicados, o fato é que as últimas quatro indicações ao Supremo foram marcadas por características específicas: Bolsonaro indicou um juiz com o argumento de “poder tomar uma tubaina com ele” e outro por ser evangélico; e Lula indicou seu advogado pessoal e seu ministro da Justiça. Seria bom que as próximas indicações sejam vistas como “neutras”, no terreno da política;

iv) mudança de procedimentos. Há uma vasta agenda nesse campo, que abrange desde a adoção de um código de conduta acerca do que um juiz do Supremo pode ou não pode fazer, até o combate aos privilégios (“penduricalhos” y *otras cositas mas*), combate esse que, para ter maiores chances de prosperar, o Supremo deveria liderar.

A agenda é vasta. Pode não ocorrer nada disso, mas, nesse caso, que depois os interessados não se queixem se, nas pesquisas, a confiança na Justiça continuar baixa, se parte da população considerar que vivemos num país extremamente injusto e se uma proporção importante do eleitorado opinar que vivemos sob uma “ditadura da toga”.

AGENDA ECONÔMICA

Aprovação contou com ministros em campo e Lira na ‘planície’

Negociação do projeto de isenção do IR resultou em placar unânime, na primeira vitória do governo na gestão de Motta

LAURIBERTO POMPEU, LUÍSA MARZULLO E THÁIS BARCELLOS
economia@oglobo.com.br
BRASÍLIA

O placar unânime, que marcou a aprovação do projeto de isenção do Imposto de Renda (IR) para quem ganha até R\$ 5 mil na Câmara, na noite de quarta-feira, foi precedido de uma longa negociação. Ministros do governo e integrantes da equipe econômica se reuniram com deputados até o último minuto para garantir que a proposta saísse sem alterações do plenário.

Uma quebra de acordo apontada pelo relator, Arthur Lira (PP-AL), chegou a motivar o reinício da votação.

Ex-presidente da Câmara, ainda um dos parlamentares mais influentes da Casa, Lira se empenhou para que o texto enviado pelo governo fosse alterado o mínimo possível. De

99 sugestões de emendas, aceitou só três, que pouco mudaram a essência do projeto.

Já com a sessão iniciada, desceu à “planície” e, no meio do plenário, reuniu deputados para convencê-los a não tentar alterar pontos do seu relatório.

O avanço do projeto foi a primeira vitória relevante do governo do presidente Lula desde que Hugo Motta (Republicanos-PB) foi escolhido para comandar a Casa. O texto contou com o apoio de 493 deputados e nenhum contrário.

A votação foi acompanhada de perto por integrantes do governo, como secretário nacional da Receita, Robinson Barreirinhas, e pelo secretário de Reformas Econômicas, Marcos Pinto.

AUTORIDADE NO PLENÁRIO

A ministra das Relações Institucionais, Gleisi Hoffmann, e o ministro dos Esportes, André Fufuca, também estiveram presentes. Mesmo com prazo para deixar o cargo, após ultimato de seu partido, ele articulou o apoio dentro da bancada do PP e também dialogou com o União Brasil.

Circulando pela planície da Casa após quatro anos da presidência, Lira repetiu aos colegas que seu texto era uma “unanimidade”, orgulhoso do resultado.

Apesar do apoio unânime, houve momentos de tensão. Lira deixou claro, em discurso, a irritação com os líderes do PSB e do Novo.

Os dois tinham se comprometido a retirar destaques de votação de trecho em separado, quando o projeto foi a plenário, mas não cumpriram o acordo. Apresentaram propostas incluindo a correção da tabela do IR indexado ao IPCA, índice oficial de inflação.

A confusão atrasou a tramitação e fez com que a votação reiniciasse. O ex-presidente da Câmara reagiu de imediato: classificou todas as propostas como “inadequadas economicamente” e atropelou a tentativa de mudança no texto, uma forma de impor autoridade no plenário.

Em outro momento, Lira conversou com deputados de oposição, entre eles o líder do PL, Sóstenes Cavalcante (RJ). Segundo relatos, o ex-presi-



Corpo a corpo. Quebra de acordo atrasou tramitação e fez votação reiniciar. Em outro momento, Lira conversou com a oposição

dente da Casa estava explicando detalhes do texto e defendendo a tributação de sócios de escritórios de advocacia.

Lira participou de diversas reuniões ao longo do dia para alinhar o texto. Além do encontro com líderes partidários e o presidente Motta, o relator ouviu o presidente do PP, senador Ciro Nogueira (PI).

Ao chegar ao plenário da Câmara para participar da votação, o deputado do PP não escondeu a insatisfação com o fato de o Senado ter avançado com um texto alternativo de isenção do IR. Na outra Casa Legislativa, o projeto foi relatado pelo senador Renan Calheiros (MDB-AL), rival de Lira em seu estado, Alagoas.

O relator reclamou que os senadores demoraram para aprovar a regulamentação da Reforma Tributária:

— No Senado fizeram até na frente (projeto do IR do se-

nador Renan Calheiros). Não vi nenhuma cobrança no Senado na Reforma Tributária.

PRESSÃO POPULAR

No discurso na Câmara, Lira reclamou da pressão popular contra os deputados após a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Blindagem, que dificulta investigações contra parlamentares. No dia 22 de setembro, foram realizados protestos em todas as capitais, com a Câmara como um dos alvos.

As manifestações pediram a aprovação da isenção do IR e criticaram a aprovação da PEC da Blindagem. A PEC foi aprovada pelos deputados, mas rejeitada no Senado.

— Cumpriu o presidente Motta o prazo estabelecido de trazer a matéria a este plenário até o final de setembro. Hoje, nós estamos na primeira quarta-feira da semana, 1º de outubro. Portanto, qual-

quer crítica enviada a esta Casa, de onde vier, não é justa, não é correta — disse Lira.

O líder do PDT na Casa, Mario Heringer (MG), citou as manifestações como um fator em favor da aprovação:

— A Câmara está jogando para fora depois da porrada.

O líder do PP na Câmara, Doutor Luizinho (RJ), participou de reuniões ao longo do dia. Ele conversou com Motta, com o líder do União Brasil, Pedro Lucas Fernandes (MA), com a senadora Tereza Cristina (PP-MS) e o deputado Evair de Mello (PP-ES).

Da base à oposição, o clima foi leve e de quase consenso. Deputados do PT chegaram a fazer piadas, afirmando que Renan, rival de Lira, poderia ser escolhido relator no Senado. Questionada sobre isso, a ministra Gleisi Hoffmann disse não ter decisão:

— Vamos esperar o texto chegar ao Senado.

Alíquota mínima da alta renda tem exceções

Rendimentos a partir de títulos do agro, imobiliário e de infraestrutura ficam de fora do cálculo

GLAUCE CAVALCANTI
glauce@oglobo.com.br

Para zerar a cobrança de Imposto de Renda (IR) para aqueles que ganham até R\$ 5 mil, haverá cobrança de alíquota mínima de quem ganha acima de R\$ 50 mil mensais. A compensação vai alcançar pessoas físicas na alta renda, com rendimento a partir de R\$ 600 mil anuais. Elas

serão tributadas com alíquotas de zero a 10%. A mais alta é para quem recebe acima de R\$ 1,2 milhão por ano.

O cálculo vai considerar todos os rendimentos da pessoa física, o que inclui lucros e dividendos de empresas. O texto traz uma lista de exceções.

Ganhos de capital a partir da venda de um imóvel saem da conta, exceto os obtidos em Bolsa. Outros casos fora do cál-

culo: valores recebidos acumuladamente, como ações judiciais e aluguéis não pagos; rendimentos da poupança; indenizações por acidente de trabalho; danos morais ou materiais, rendimentos de aposentadoria e isentos por doenças graves, como Aids e câncer.

Investimentos com títulos ligados à infraestrutura, setor imobiliário e agricultura: LCI, LCA, CRI, CRA, CDA, CDCA,

WA, CPR, LH, LIG e LCD; Fiaagro (em condições específicas), FII, doação em adiantamento da legítima (a parte que cabe aos herdeiros quando feita em vida) ou herança são exceções. Na atividade rural, o proprietário hoje é tributado em 20% do resultado. E apenas esse um quinto do lucro vai entrar no cálculo do rendimento total a sofrer a tributação mínima.

O relator, Arthur Lira (PP-AL), manteve a não tributação de dividendos e lucros.

Para Hermano Barbosa, sócio de Tributário do BMA Advogados, pode haver algum ruído em relação a doações:

— Do patrimônio da pessoa física, 50% são legítimos, têm de ir para os herdeiros, e 50% são disponíveis, podendo ser passados a quem quiser. As excluídas são as doações em adiantamento de legítima, ou seja, doações para herdeiros. Como a disponível entra na conta, leva à conclusão que essas doações podem ser tributadas duas vezes, pois já há imposto estadual.

AVISO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

O Estado de Minas Gerais, por meio da Secretaria de Estado de Infraestrutura, Mobilidade e Parcerias - SEINFRA, comunica que realizará AUDIÊNCIA PÚBLICA, a fim de apresentar, colher sugestões e contribuições em relação ao projeto de concessão dos serviços de TRAVESSIA por embarcações, incluindo a operação e manutenção do sistema aquaviário de transporte de veículos e passageiros no Estado de Minas Gerais. A sessão pública presencial da AUDIÊNCIA PÚBLICA, com transmissão online ao vivo no YouTube (<https://www.youtube.com/c/SeinfraMG>), será realizada conforme as informações a seguir: Data: 15/10/2025; Horário: 17h; Local: Centro Cultural Milton Nascimento - Rua Celso Gazola, 23, Jardim Brasil, Três Pontas/MG. Ressalta-se que a audiência pública observa o disposto no art. 55, §1º, da Lei Estadual nº 25.235/2025, assegurando o cumprimento do percentual mínimo de participação popular correspondente a 1/5 (um quinto) dos municípios afetados pelo projeto. O Regulamento para participação na AUDIÊNCIA PÚBLICA será disponibilizado juntamente com a documentação do projeto nos endereços eletrônicos <http://www.infraestrutura.mg.gov.br> e <http://www.parcerias.mg.gov.br>. Informações e esclarecimentos adicionais poderão ser obtidos pelo endereço de e-mail travessias@infraestrutura.mg.gov.br. Belo Horizonte, 03 de outubro de 2025. Pedro Bruno Barros de Souza, Secretário de Estado de Infraestrutura, Mobilidade e Parcerias de Minas Gerais.



GOVERNO DE MINAS
AQUI O TREM PROSPERA.

PF prende 3 por fraudes em concursos públicos

Operação foi deflagrada a dias da edição de 2025 do Concurso Nacional Unificado (CNU), e Ministério da Gestão confirma provas no domingo. Investigações incluem CNU 2024 e processos seletivos estaduais

SARAH TEÓFILO E BRUNA LESSA
economia@oglobo.com.br
BRASÍLIA

A Polícia Federal (PF) realizou ontem uma operação contra um grupo suspeito de fraudar concursos públicos, incluindo o Concurso Nacional Unificado (CNU) de 2024, e processos seletivos dos governos estaduais. Três pessoas foram presas. Mesmo assim, o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) confirmou a realização das provas do CNU 2025, a segunda edição do chamado “Enem dos concursos”, marcadas para o próximo domingo.

Conforme a investigação, foram identificadas irregularidades envolvendo o CNU 2024 e concursos das polícias civis de Alagoas e Pernambuco, da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), da Caixa Econômica Federal e do Banco do Brasil.

A ação da PF foi batizada de

Última Fase. Suspeitos de integrar o grupo criminoso, servidores públicos foram afastados de seus cargos e candidatos de concursos foram excluídos dos processos seletivos.

As investigações apontaram que o grupo falsificava documentos para que outras pessoas fizessem as provas no lugar dos candidatos e que usou, em algumas provas, pontos eletrônicos instalados no ouvido com ajuda médica, revelou o Jornal Nacional, da TV Globo.

FISCALIZAÇÃO REFORÇADA

No caso do CNU 2024, o grupo teria tido acesso às respostas. Segundo o Jornal Nacional, quatro candidatas suspeitas deram 68 respostas idênticas em provas diferentes, o que levantou suspeitas.

Os investigados poderão responder por crimes de fraude em processo de interesse público, lavagem de dinheiro, organização criminosa e falsifi-



Na mira. Além do CNU, investigação da PF apura suspeitas em processos da Caixa, do BB, da UFPB e de polícias civis

cação de documento público.

A operação da PF foi realizada em parceria com o MGI. A pasta classificou como “fraude pontual” o episódio.

O ministério informou ainda que, junto com o Ministério da Justiça e Segurança Pública, irá implementar “maior segurança,

transparência e integridade” no CNU 2025.

Entre as medidas de reforço da fiscalização anunciadas ontem mesmo pelo MGI está o

uso, sob orientação policial, de detectores de pontos eletrônicos de comunicação, “em todos os municípios” onde as provas serão realizadas. E haverá detectores de metal em todas as salas, além de todos os banheiros dos locais de prova.

PÁGINA A PÁGINA

Além disso, as provas que serão aplicadas no domingo serão identificadas página a página, com códigos de barra específicos para cada candidato. E o número do tipo de prova que cada inscrito fizer não será revelado nem durante a aplicação, mas somente quando os gabaritos forem divulgados.

Em relação ao policiamento no dia da realização do concurso, a PF, a Polícia Rodoviária Federal (PRF) e as polícias militares estaduais atuarão de forma ampliada na escolta de provas. Já a Força Nacional, junto com as PMs estaduais, cuidará da guarda das provas nos locais de armazenamento.

EUA farão ‘o que for’ pela Argentina, diz secretário

Em meio a críticas por apoio a argentinos, Scott Bessent, do Tesouro, defendeu governo Javier Milei em postagem e entrevista

Do La Nación
BUENOS AIRES

O secretário do Tesouro dos EUA, Scott Bessent, reforçou o apoio à Argentina ontem, em postagem na rede social X. O governo americano está “plenamente preparado para fazer o que for necessário” para ajudar o governo do presidente argentino, Javier Milei, escreveu o secretário.

A declaração vem após o banco central argentino vender dólares no mercado à vista para conter a desvalorização do peso pelo terceiro dia seguido, segundo fontes, e em meio a questionamentos sobre a prioridade, para os EUA,

de uma ajuda à Argentina.

Bessent informou que conversou com o ministro da Economia da Argentina, Luis Caputo, e que espera vê-lo em breve em Washington. “Após um trabalho intenso desde o encontro do presidente (Donald) Trump com o presidente Milei, em Nova York, nos próximos dias espero que a equipe do ministro Caputo venha a Washington para avançarmos de forma significativa em nossas discussões sobre as opções para oferecer apoio financeiro”, escreveu o secretário na postagem.

Bessent disse ainda que, durante as discussões de ontem com ministros das finanças

do G7 (grupo de sete das maiores economias do mundo), enfatizou “a importância do sucesso das políticas econômicas do presidente Milei para o povo da Argentina, para a região e para o G7”.

“O Departamento do Tesouro dos EUA está totalmente preparado para fazer o que for necessário, e continuaremos acompanhando de perto os desdobramentos”, escreveu o secretário do Tesouro.

Caputo respondeu a Bessent, também em uma postagem nas redes sociais: “trabalhando duro para finalizar o que foi anunciado na semana passada pelo secretário do Tesouro (dos EUA)”.

Na semana passada, o Departamento do Tesouro americano havia colocado sobre a mesa diferentes alternativas para ajudar a Argentina, entre elas uma linha de swap de US\$ 20 bilhões com o banco central.

CARTA DE SENADORES

No entanto, após o anúncio, o governo de Trump recebeu críticas por usar recursos públicos para apoiar outro país. Senadores democratas americanos escreveram uma carta ao presidente dos EUA pedindo que “interrompa imediatamente qualquer plano de oferecer assistência financeira à Argentina”.

Bessent respondeu a questionamentos numa entrevista à CNBC, o canal de economia e negócios da rede de TV americana NBC. O secretário afirmou que o governo Trump “não está colocando dinheiro na Argentina e sim trabalhando em uma linha de swap”.

—A Argentina é um farol na América Latina. Muitos governos na região se moveram para a esquerda. A Argentina tem 100 anos de declínio, o presidente Milei está lutando contra a história e está fazendo um trabalho fantástico — disse Bessent na entrevista.

O secretário também reforçou o apoio ao partido

de Milei nas eleições legislativas deste mês.

— Tenho certeza de que, quando virmos as eleições neste mês, o partido do governo se sairá bem. É encorajador ver na Argentina que os jovens decidiram não empobrecer o país — afirmou Bessent à CNBC.

Há forte oposição à ajuda americana à Argentina também dos produtores de soja americanos. Por causa da guerra tarifária com a China, eles foram excluídos de seu maior mercado. A China é a maior importadora de soja do mundo. Brasil, EUA e Argentina são os maiores fornecedores.

Com as tensões comerciais, os chineses deixaram de comprar dos produtores de soja americanos, abrindo espaço para brasileiros e argentinos.

Com agências internacionais

Aviação supera linhas de ônibus como transporte para viagens

Segundo IBGE, setor aéreo retomou posição pela primeira vez desde 2020

GLAUCÉ CAVALCANTI
glauce@oglobo.com.br

O avião superou os ônibus de linha como transporte mais usado nas viagens de lazer e a trabalho pela primeira vez desde 2020, segundo dados sobre o turismo da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua), divulgados ontem pelo IBGE. As aeronaves foram usadas em 14,7% do total de viagens feitas pelas famílias em 2024. Os ônibus de linha ficaram com uma fatia de 11,9% — os coletivos são usados também no formato de excursão, fretados, com uma participação, adicional aos de linha, de 6,6% das viagens em 2024.

O carro particular, sendo o meio de transporte mais utilizado pelos brasileiros quando viajam. Em 2024, 50,7% das viagens foram feitas de automóvel.

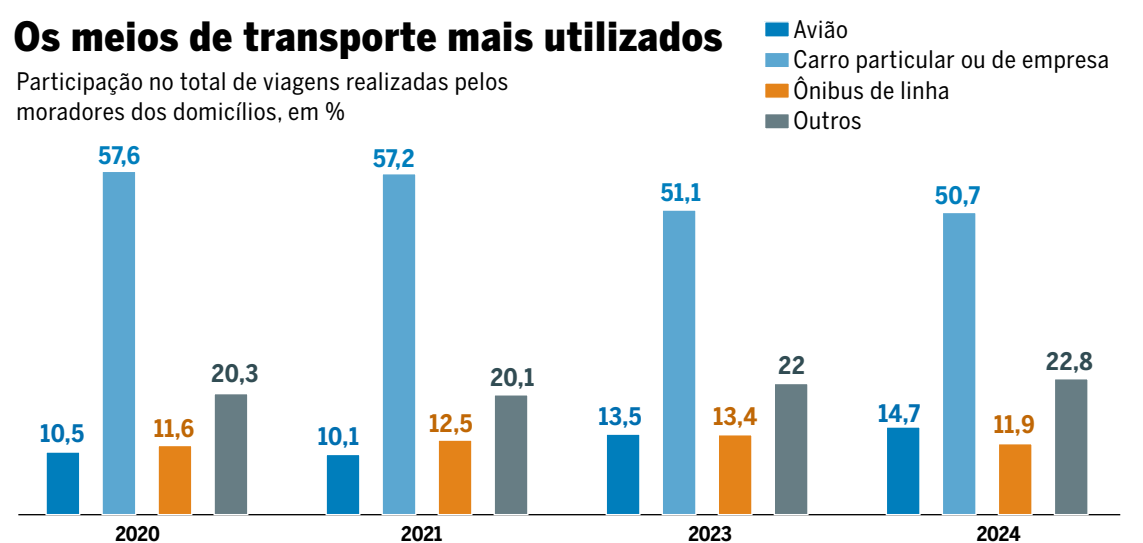
William Kratochwill, analista do IBGE, lembrou que os deslocamentos aéreos, assim como as viagens a trabalho em geral, foram praticamente suspensos durante o período de isolamento social da pandemia de Covid-19. E a retomada da normalidade em 2023 e 2024 tem a ver com a volta das viagens aéreas.

— O aumento desse percentual de avião foi, na maior parte, pelas viagens profissionais, que saíram de 27,1% e chegaram a 28,8%. No período pandêmico, tinha ido a 11,3% do total — afirmou Kratochwill.

Em 2023, a participação do transporte aéreo e a fatia das linhas de ônibus ficaram empatadas como meios utilizados nas viagens. Em 2024, o movimento de normalização continuou, com as viagens profissionais impulsionadas pela retomada de congressos, eventos e treinamentos, que exigem o

Os meios de transporte mais utilizados

Participação no total de viagens realizadas pelos moradores dos domicílios, em %



FONTE: IBGE

deslocamento dos profissionais pelo país.

Segundo o IBGE, foram 2,5 milhões de viagens por negócios ou trabalho em 2024, o equivalente a 82,7% das 3 milhões de viagens profissionais. Em 2023, elas representavam 82,3% desse total.

AVANÇO DA RENDA

O aumento da participação da aviação nos meios de transporte das viagens das famílias brasileiras ocorreu num ano em que a renda do trabalho avançou 4,7% no país.

Apesar disso, os dados da Pnad Contínua mostram que houve recuo na fatia de domicílios em que ocorreu pelo menos uma

viagem — movimento verificado em todas as faixas de rendimento mensal.

Foram 20,6 milhões de viagens, repetindo o número de 2023, mas o total de domicílios cresceu. Por trás desse movimento está o aumento no custo médio dos deslocamentos — seja a trabalho ou a passeio.

Os gastos com viagens feitas por brasileiros no país somaram R\$ 22,8 bilhões no ano passado, um aumento de 11,7% em relação a 2023, quando já tinha havido um salto ante 2022. O gasto médio por viagem com pernoite subiu de R\$ 1.706 para R\$ 1.843 de um ano para o outro.

A dinâmica de renda in-

terfere na escolha do meio de transporte, conforme os dados do IBGE. Nos lares com rendimento inferior a dois salários mínimos, o ônibus é o segundo meio mais usado, depois do carro. Já entre as faixas mais altas de renda, o aéreo vem na segunda posição.

No geral, a falta de dinheiro foi citada por 39,2% dos lares como a razão para não viajar, ante a 40,1% em 2023. Mas essa justificativa cresce conforme cai o rendimento. Nos lares com renda média de quatro salários mínimos ou mais por pessoa, o principal obstáculo a ser vencido para viajar é a falta de tempo.

AVISO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

O Estado de Minas Gerais, por meio da Secretaria de Estado de Infraestrutura, Mobilidade e Parcerias - SEINFRA, comunica a prorrogação do prazo de CONSULTA PÚBLICA do projeto de concessão dos serviços públicos para exploração da infraestrutura, operação, recuperação, monitoração, conservação, ampliação da capacidade e manutenção do Lote 10 - Noroeste, do Programa de Concessões Rodoviárias do Estado de Minas Gerais, por 15 (quinze) dias. O prazo do contrato é de 30 (trinta) anos, com valor estimado de R\$ 4.449.417.102,74 (quatro bilhões, quatrocentos e quarenta e nove milhões, quatrocentos e dezessete mil, cento e dois reais e setenta e quatro centavos). As informações sobre o projeto de concessão, a justificativa de contratação, o formulário de questionamentos, o regulamento com a forma de participação na Consulta e as minutas de edital, contrato e seus anexos estarão disponíveis no site da SEINFRA (<http://www.parcerias.mg.gov.br>) e no site <https://dataroom.mg.gov.br>. A consulta pública fica prorrogada até 09/11/2025. Informações e esclarecimentos adicionais poderão ser obtidos pelo endereço de e-mail lotenoroeste@infraestrutura.mg.gov.br, Belo Horizonte, 03 de outubro de 2025.

Pedro Bruno Barros de Souza
Secretário de Estado de Infraestrutura, Mobilidade e Parcerias de Minas Gerais

GOVERNO DE MINAS
AQUI O TREM PROSPERA.